

EXPERIÊNCIA SOCIAL: LUGAR E SENTIDO DE UMA AÇÃO

Raimunda Maria Rodrigues Santos

Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Professora do do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)

raimundarodrigues@ifrr.edu.br

Marília Gomes Ghizzi Godoy

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP)

Mestre em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP)

Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela PUC-São Paulo

Professora da Universidade Santo Amaro (UNISA)

mgggodoy@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo objetiva discutir os fundamentos básicos da Sociologia da Experiência, propostos por François Dubet, e sua interface com as teorias da ação e vertentes delas derivantes. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, de um exercício reflexivo a respeito das mutações por que passa a Sociologia, centrando o debate nos conceitos de experiência social e lógicas da ação, principais ferramentas analíticas apontadas por Dubet para a compreensão dos processos socializadores contemporâneos. Entende-se que esse autor inscreve-se entre os estudiosos que apresentam proposições ligadas à reconstrução do pensamento sociológico, podendo, por isso, dialogar com outras abordagens na definição de novos quadros de referência para uma sociologia dedicada à compreensão do mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE:

Experiência social. Lógicas da ação. Sociologia. Cotidiano.

ABSTRACT

This article proposes to discuss the basic fundamentals of 'Sociology of Experience', advocated by François Dubet, and its interface with the theories of actions and aspects derived by the same. It is a bibliographic revision of exploratory character, in a reflective exercise

about the mutations through which Sociology goes by, concentrating the debate in concepts of social experience and logics of the action, main analytical tools pointed out by Dubet for the comprehension of the contemporary socializing processes. It is understood that the author enrolls himself within the scholars who present propositions linked to the reconstruction of the sociological mindset, allowing, in that way, interaction using other approaches to define new reference scenarios for a sociology dedicated to the comprehension of the contemporary world.

KEYWORDS:

Social experience. Logics of action. Sociology. Daily life.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho surgiu a partir dos estudos a respeito da evolução do pensamento sociológico e da consequente superação de premissas da Sociologia Clássica, discutidos por Simmel (1986), Tönnies (1973), Tourraine (1998), entre outros pesquisadores que se dedicam à formulação de teorias e ferramentas metodológicas para o estudo da sociedade. No arcabouço de possibilidades de abordagens, proposições teóricas e facetas da história da Sociologia, delimitou-se o foco deste estudo nas noções de experiência social e de lógicas da ação, considerando-as como ferramentas analíticas inerentes aos princípios postulados pela Sociologia da Experiência, conforme proposta de François Dubet, fazendo-a dialogar com outras abordagens teóricas que têm a ação social como totalidade ou parte de seu objeto de estudo.

A escolha dessa perspectiva para a construção deste trabalho deu-se a partir da constatação de que, para apresentar os pressupostos da Sociologia da Experiência, François Dubet estabelece um diálogo constante com diferentes teorias da ação e suas diversas “lógicas”, tendo como parâmetro a concepção de que “cada uma delas é construída a partir de uma imagem, mais ainda, de uma definição da atividade dos atores, de uma antropologia, e de uma representação dos atores com o sistema” (DUBET, 1996, p. 79).

Tendo ciência de que as teorias da ação rejeitam os princípios da Sociologia Clássica, acredita-se que a leitura da obra exigirá que se façam incursões aos enfoques dessa escola, a fim de compreender os aspectos análogos ou dissonantes entre as diferentes teorias sociológicas. Dessa forma, o estudo aqui apresentado constitui-se em uma revisão bibliográfica de caráter exploratório. Trata-se de um exercício reflexivo a respeito das mutações por que passa a vida social e do posicionamento das abordagens teórico-metodológicas da Sociologia.

A intenção de Dubet não foi efetuar uma apresentação minuciosa dessas teorias e seus desdobramentos, tampouco aprofundar-se em uma análise crítica, mas, sim, oferecer ao leitor a oportunidade de acompanhar a formação de seu pensamento e, assim, compreender as razões que o levaram à proposição de uma sociologia da experiência.

É inevitável, pois, que se obedeça ao percurso definido pelo autor, a fim de seguir a lógica argumentativa por ele adotada.

AS TEORIAS DA AÇÃO: BASE PARA UMA SOCIOLOGIA DA EXPERIÊNCIA

A Sociologia Clássica reconhece a sociedade como responsável pela formação dos indivíduos que assimilam, interiorizam valores e, a partir destes, realizam suas funções. Por essa perspectiva, “a sociedade existe como um sistema integrado identificado à modernidade, a um Estado-Nação e a uma divisão do trabalho elaborada e racional” (DUBET, 1996, p. 21). Essa forma de entender a sociedade abstrai as possibilidades de se atribuir algum sentido material aos conteúdos simbólicos atribuídos por sujeitos individuais ou sociais. Opera, portanto, o reducionismo e estabelece forte dicotomia entre natureza e sociedade.

Para a Sociologia Clássica, o indivíduo é “definido pela interiorização do social” (DUBET, 1996, p. 12). A respeito disso, Dubet pondera: “É preciso reconhecer nos indivíduos uma capacidade de iniciativa e de escolha, é preciso, portanto, conceder-lhes uma certa distância em relação ao sistema” (DUBET, 1996, p. 80). Nas palavras de Wautier (2003, p. 177),

definir a sociedade na sociologia clássica equivale a traçar seu nível de desenvolvimento, seu grau de racionalidade, sua capacidade de assegurar a ordem e a segurança no quadro de um Estado apoiado em instituições sólidas. Se a ideia de sociedade é a representação da "ordem e progresso", ela também é intimamente vinculada à ideia de sociedade industrial, hierarquizada e, logo, conflituosa (divisão do trabalho).

Infere-se, pois, que os atores e as instituições encontram-se submetidos a normas, obrigações morais, condutas socialmente adaptadas ao rígido controle social que permeia o funcionamento da sociedade. Contudo, essa “figura clássica de um indivíduo constituído de um todo social homogêneo não parece mais aceitável” (DUBET, 1996, p. 73). Desse modo, os pressupostos da Sociologia Clássica não garantem a compreensão dos processos socializadores contemporâneos. As novas configurações políticas, econômicas e sociais que eclodiram com o declínio da sociedade industrial e da consciência de classe servem como exemplos de que as instituições tradicionais (a família, a igreja, os partidos políticos ou organizações de produção) não são mais redutíveis a uma lógica única, a um papel social ou cultural específico (AMARAL, 2011). A visão sociológica de que a ação social é determinada pelo sistema já não se sustenta em uma “sociedade caracterizada pela diversidade cultural, pela multiplicidade das formas de conflito e de ação social” (WAUTIER, 2003, p. 179). Em uma sociedade em mutação e em que os atores adotam, simultaneamente, diferentes pontos de vista, demonstram possuir capacidade de escolha, tomam iniciativas na organização de sua vida cotidiana e distanciam-se das normas e dos parâmetros do sistema, torna-se evidente que as condutas sociais são construídas, reforçando os limites da Sociologia Clássica e a necessidade de serem superados.

As limitações do modelo clássico promoveram sua fragmentação, derivando uma multiplicidade de paradigmas da ação. E, assim, “a dispersão se tornou na regra e a combinatória dos modelos substituiu a antiga unidade” (DUBET, 1996, p. 90). Contrapondo-se à premissa de que a ação social resulta de exigências de um sistema que desconsidera as necessidades, os

objetivos e as representações vivenciadas pelo ator, surgem as teorias da ação.

Dubet distinguiu duas vertentes no paradigma da teoria da ação: a da Comunicação e a da Racionalidade. Na primeira corrente, a ação é interação e linguagem. Na segunda, a ação pode ser estratégia ou princípio de utilidade. Destaca-se que, nessas nuances, a realidade não é entendida como resultado de determinações do sistema social.

A ação como interação envolve relações diretas entre os indivíduos. As interações “desenrolam-se no seu tempo próprio e num espaço de apresentações de si que não tem outra finalidade que não seja o reconhecimento de outrem” (DUBET, 1996, p. 83). Isso não significa que se possa afirmar que o interacionismo constitui-se em “corrente central de uma obra sem indivíduo e sem sociedade” (DUBET, 1996, p. 84). O foco dessa linha é a experiência individual na realidade social. Os indivíduos, em seus encontros sociais, seguem as leis universais de interação humana (TRAJANO FILHO, 2008). Dessa feita, a relação direta com o outro, seus propósitos e limites definem a ação dos indivíduos, influem na interiorização dos papéis sociais, conforme sintam necessidade de obter credibilidade nas interações.

Como linguagem, as ações sociais constituem-se em expressões simbólicas e construções da realidade. É pela e na atividade linguística que se dá a construção do social. Essa corrente também rejeita a existência de uma ordem social prévia oriunda do sistema que precisa organizar as ações dos indivíduos. Estas se dão pelas próprias atividades dos indivíduos nas suas vivências cotidianas e, pela linguagem, constroem a realidade social. A ação social seria, nesse paradigma, “uma forma de organização da narrativa que comporta uma ‘gramática’ da ação, da intencionalidade e da descrição. Os atores mobilizam procedimentos de descrição” (DUBET, 1996, p. 85), estando a ação vinculada ao uso de etnométodos¹ dos agentes e em relação

1. “A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar(COULON, 1995, p. 30).”

com a linguagem. Infere-se, assim, que a realização das ações e as relações entre os indivíduos estão condicionadas à capacidade de estes compreenderem os códigos linguísticos e os utilizarem reflexivamente, adequando-os às conversações.

Na ação como estratégia, o ator orienta-se segundo seus interesses e regras que pode utilizar, existindo a possibilidade de articular suas propostas e modificá-las.

Crozier e Friedberg (1977 apud SILVA, 2007) construíram um conjunto de pressupostos inerentes ao comportamento estratégico, a saber:

- a) "raramente tem objetivos claros", possuindo uma pluralidade de objetivos "ambíguos, mais ou menos explícitos e contraditórios", que mudam conforme o decurso da ação;
- b) é sempre ativo, uma vez que "mesmo a passividade é sempre em certa maneira o resultado de uma escolha";
- c) "tem sempre um sentido" racional relativamente às oportunidades conferidas ao ator e em relação ao comportamento dos outros atores;
- d) comporta dois aspectos: ofensivo e defensivo com vista a alargar a margem de liberdade do ator e a sua capacidade de ação;
- e) não é "irracional".

Nesse caso, é o sistema social que fornece a estrutura viável para que as ações dos indivíduos se realizem. Contudo, isso não permite inferir que essa vertente reconhece o sistema como algo fechado em si mesmo. Ocorre que, apesar da racionalidade, os indivíduos jamais conhecem todas as condições do jogo, tampouco podem prever os resultados de suas ações. "Esta concepção estratégica da ação inscreve-se na articulação de duas perspectivas: as estratégias são racionais e as estruturas são culturais (DUBET, 1996, p. 87)."

Restam ainda as reflexões da ação voltadas para os princípios individualistas utilitaristas. Essa vertente busca explicações para as escolhas subjetivas e racionais dos indivíduos. Nessa perspectiva, a ação resulta das estratégias e dos interesses individuais. A prioridade não é a da ordem social ou as consequências das ações, mas as ações e as estratégias individuais por

motivações diversas. Essa abordagem remete aos conceitos desenvolvidos por Elster (1989) a respeito do individualismo metodológico e àqueles oriundos da teoria da interação estratégica racional. Segue sua concepção de individualismo metodológico:

Doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio, apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e crenças. Essa doutrina não é incompatível com nenhuma das proposições verdadeiras que se seguem: (a) indivíduos frequentemente têm fins que envolvem o bem-estar de outros indivíduos; (b) eles frequentemente acreditam em entidades supraindividuais não redutíveis às crenças que têm sobre os indivíduos (ELSTER, 1989, p. 164).

Sua visão coaduna-se com a de Boudon, citado por Dubet (1996, p. 87), que diz:

No sentido metodológico, a noção de individualismo tem um significado totalmente diverso: implica apenas que, para explicar um fenômeno social, é necessário descobrir as causas individuais, ou seja, compreender as razões que levam os atores a fazerem o que fazem ou acreditarem naquilo em que acreditam.

De acordo com essa concepção, os fenômenos sociais devem ser explicados a partir das ações básicas dos indivíduos. Assim como o atomismo², o individualismo metodológico, apesar de conceber que a explicação sociológica pode ser redutível ao nível individual, afasta-se daquela corrente porque “não proscreeve da explicação científica as características relacionais irredutíveis do indivíduo” (LEVINE, SOBER, WRIGHT, 1989, p. 60), não entendendo que tais ações ocorrem em um

2. “Concepção metodológica que nega toda capacidade explicativa às relações, quer se dêem entre indivíduos, quer se produzam entre entidades sociais [...] os fatos ligados a relações sociais afetam as ações apenas em virtude de influenciarem, atomisticamente, os pensamentos” (LEVINE, SOBER, WRIGHT, 1989).

“vácuo social”. Para o individualismo metodológico, elas são socialmente indexadas, diferenciando-se, mais uma vez, dos preceitos do atomismo. Deve-se mencionar, porém, que, ao reconhecer a relevância explicativa de propriedades relacionais, Elster permite a compreensão de que pode aceitar o dogma central do holismo sociológico, ao contrário de Boudon, que rejeita veementemente os princípios dessa corrente e encaminha-se para um individualismo radical. Para Dubet (1996, p. 88-89), “a verdadeira originalidade desta perspectiva [individualismo metodológico] resulta [...] da reconstrução da ideia de sistema como efeito emergente das ações individuais”. Acrescenta ainda, que o individualismo metodológico marca “a passagem do ator ao sistema incorporando na sociologia o modelo da análise econômica”.

Na lógica da estratégia, as relações sociais são definidas em termos de concorrência, de rivalidade, de interesses individuais ou coletivos. O outro é concorrente com o qual se disputa o poder. Decorre dessa visão o problema do “carona” derivado da Teoria dos Jogos, de Elster (1985, p. 360):

Qualquer que seja a ação dos outros, é meu interesse abster-me. Se todos os outros se envolvem numa ação coletiva, eu posso obter a vantagem da ‘carona’ pela abstenção, e se todos se abstêm, eu posso evitar a perda decorrente de uma ação unilateral, abstando-me também. Como esse raciocínio se aplica a todos os agentes (...) todos decidirão abster-se e nenhuma ação coletiva se produzirá.

Sugere-se, pois, que sejam desenvolvidas estratégias que motivem “os indivíduos a contribuírem para um ‘bem público’ que redunde em vantagens para todos, qualquer que seja sua participação” (Idem). Em Dubet, a referência é a Sociologia da Ação Estratégica, é “a ação orientada no sentido do sucesso” (HABERMAS apud DUBET. Id., p. 129). Além disso, pode ser considerada como “uma visão liberal, que denuncia tudo o que pode impedir a formação de equilíbrios harmoniosos numa sociedade aberta às trocas concorrenciais” (WAUTIER, 2003, p. 183).

Dubet reforça que poderia ter adotado uma perspectiva diferente para apresentar as vertentes das teorias da ação, aprofundando-se em seu caráter metodológico ou discutindo-as a partir do prisma das representações da sociedade. Contudo, para o propósito pretendido até esse ponto, a alteração do enfoque não comprometeria seu objetivo: evidenciar estilhaçamentos na Sociologia Clássica, provocados pela extrema diversidade dos modelos, dos métodos e dos objetos. Em outras palavras, refere-se à incapacidade de os antigos paradigmas darem conta de toda a realidade social.

De acordo com Dubet, as condutas sociais contemporâneas envolvem uma combinatória de “lógicas” de ação, exigências de individualização que resultam na fragmentação da experiência social, conforme já anunciaram Weber e Simmel (WAUTIER, 2003, p. 180). Em decorrência dessa análise, Dubet (1996, p. 93) afirma que a experiência social constitui-se em noção capaz de dar sentido às práticas sociais. Para explicar sua proposição, fundamentou-se em suas pesquisas a respeito de movimentos sociais, juventude, imigração e escola, nas quais teve a oportunidade de observar condutas sociais e concluir que “não eram redutíveis nem a papéis nem à prossecução estratégica de interesses” (p. 15). Além disso, Dubet (1996, p. 93) declara que a noção de experiência pareceu-lhe “menos inadequada para designar a natureza do objeto que se acha em alguns estudos empíricos em que as condutas sociais não parecem redutíveis a puras aplicações de códigos interiorizados ou a encadeamentos de opções estratégicas que fazem da ação uma série de decisões racionais”.

COMPREENDENDO A SOCIOLOGIA DA EXPERIÊNCIA

Para Dubet, a experiência social “designa as condutas individuais ou coletivas dominadas pela heterogeneidade de seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido de suas práticas no meio desta heterogeneidade” (1996, p. 15). Essas condutas reúnem três elementos centrais para o entendimento da noção de experiência social:

- a) Heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas e a identidade social. Os atores adotam, simultaneamente, diferentes pontos de vista no sistema; têm capacidade de gerenciar sua experiência. A partir da experiência, a identidade social deixa de ser considerada um ser (posição social), mas um fazer, um trabalho, uma construção (Id., p. 16).
- b) Os indivíduos mantêm relativa distância subjetiva com o sistema. Eles não podem ser “enclausurados em seus papéis” (WAUTIER, 2003, p. 180) e precisam explicar a si mesmos por que nem sempre conseguem aderir a papéis e valores diferenciados. Essa distância crítica define a autonomia dos atores, torna-os sujeitos (DUBET, 1996, p. 17). Ademais, a dimensão de autonomia focalizada por Dubet reforça a ideia de que a experiência social é, ao mesmo tempo, construída e crítica.
- c) A construção da experiência coletiva substitui a noção de alienação no centro da análise sociológica. Dubet não reconhece na contemporaneidade um "conflito geral" capaz de agregar indivíduos em um projeto comum. Da mesma forma, não acredita existir um movimento social capaz de fazê-lo. Para esse autor, o que há são explosões sociais localizadas. Já a alienação ocorre quando as relações de dominação impedem os atores de terem o domínio sobre sua experiência social. “A experiência social aparece como uma maneira de construir o mundo, ao mesmo tempo subjetiva (é uma ‘representação’ do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem) (WAUTIER, 2003, p. 181).”

Os elementos acima apresentados assentam-se no pressuposto de uma realidade social múltipla, no reconhecimento de que o sistema de referências da sociedade industrial está em movimento de derrocada (DUBET, 1996, p. 178). Já não há mais um “centro”. A sociedade que integrava seus indivíduos mediante um processo de supersocialização dos

agentes não mais se sustenta. A partir desses elementos, esse teórico assim explica a experiência como objeto sociológico:

A sociologia da experiência visa definir a experiência como uma combinatória de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator deve articular estas lógicas de ação diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade (DUBET, 1996, p. 105).

Por essa perspectiva, entende-se que a interpretação das práticas sociais a partir das experiências dos indivíduos baseia-se em suas próprias ações como perspectivas de compreensão do social.

A “experiência social” diz respeito a condutas, a maneiras de agir que não se traduzem em adequação. As relações entre os sujeitos e entre os diversos sistemas sociais, quando vistas por um único viés, serão permeadas por algo “inacabado e opaco”. O ator não é “totalmente” socializado a partir dos estatutos das instituições, bem como sua identidade não é construída segundo parâmetros das categorias dos sistemas. Isso implica dizer que, na experiência, a ação dos atores não se revela apenas na versão subjetiva do sistema, por não ser redutível a um programa único, dado ao ator, e “não há adequação absoluta da subjetividade do ator e da objetividade do sistema” (DUBET, 1996, 97).

Por essa linha de pensamento, vivenciar uma determinada posição social pode não dar ao sujeito a legitimidade esperada pelo estatuto que a posição poderia lhe conferir. Deve-se considerar ainda que as concepções de ação sob o olhar unicamente estratégico não reconhecem o ator como um sujeito, “pois que ele não escolhe senão aquilo que pode escolher em função de seus interesses e das suas preferências” (DUBET, 1996, p. 95).

Pelo que vai dito, a noção de sociedade é complexa, ambígua e polissêmica. Do ponto de vista da Sociologia da Experiência, não pode ser tomada como “um conjunto social estruturado por um princípio de coerência interna” (DUBET, 1996, p. 112), mas, sim, pela composição de três sistemas: comunidade, mercado e sistema cultural.

Essas lógicas orientam as relações estabelecidas pelo ator, definem suas experiências e precisam, por isso, ser tratadas como objeto teórico e como conjunto de práticas sociais que caracterizam uma sociedade. Como explica Dubet (1996, p.113),

na lógica da integração, o ator define-se pelas suas pertenças, visa mantê-las ou fortalecê-las no seio de uma sociedade [...] na lógica da estratégia, o ator tenta realizar a concepção que tem dos seus interesses numa sociedade concebida então 'como' um mercado. No registro da subjetividade social, o ator representa-se como um sujeito crítico confrontado com uma sociedade definida como um sistema de produção e de dominação.

Dubet reconhece que buscou em Touraine inspiração para a construção de sua tese. Explicita ao leitor que cada uma dessas lógicas pode ser decomposta nos princípios analíticos de identidade (integração), oposição (estratégia) e totalidade (subjetivação), “nos quais o ator põe em jogo uma definição de si mesmo, da natureza da sua relação com outrem e daquilo que está em jogo nessa relação” (DUBET, 1996, p. 114).

Ao contrário de Touraine, Dubet entende que essas lógicas não se hierarquizam, razão pela qual prefere “falar de ‘experiência’ a falar de ‘ação’, a fim de acentuar a autonomia de cada uma dessas lógicas” (DUBET, 1996, p. 114). Além disso, não é possível aos atores fazer escolhas entre elas, marcar posição. “Eles são ‘tudo ao mesmo tempo’ (DUBET, 1996, p. 137).” Adotam diferentes pontos de vista e envolvem-se em relações sociais também diversificadas. Para o autor, a experiência social tem relação com o sistema social. Segundo ele,

o ator constrói uma experiência que lhe pertence, a partir de lógicas de ação que não lhe pertencem, e que são dadas pelas diversas dimensões do sistema que vão se separando na medida em que a imagem clássica de unidade funcional da sociedade se desfaz (DUBET, 1996, p. 140).

Para fundamentar sua argumentação, Dubet estabelece diálogo permanente com outros teóricos, indicando suas contribuições para o entendimento das lógicas da ação. Dessas interfaces, justifica que, da combinação das diferentes lógicas, resulta a ligação do ator a cada uma das dimensões de um sistema. Assim, tem-se:

- a integração: o ator é definido pelos seus vínculos na comunidade;
- a estratégia: o ator é definido por seus interesses num mercado;
- a subjetivação: o ator é um sujeito crítico frente a uma sistemática de produção/ dominação, de alienação (WAUTIER, 2003, p. 182).

Debruçando-se no entendimento da lógica de subjetivação, infere-se o intervalo existente entre o que foi interiorizado pelo sujeito e a vida social propriamente dita. Dubet (1996, 113) explica que, no "registro da subjetividade social, o ator representa-se como um sujeito crítico confrontado com uma sociedade definida como um sistema de produção e de dominação", sendo essa dinâmica, ao mesmo tempo, interna e externa ao sujeito, que constitui a sua subjetividade. Nesse sentido, mais uma vez, a experiência surge como elemento de articulação das diferentes lógicas de ação, além de configurar-se como elo entre o ator e as dimensões do sistema.

Vê-se, pois, que a Sociologia da Experiência mantém um vínculo direto com a capacidade política dos atores em construir sua experiência. Entende-se que, somente por meio dessa construção subjetiva, poder-se-á combinar as lógicas e as diversas racionalidades, quando ator e sistema cessarem de ser um. É mister, pois, reforçar o pensamento de que o sujeito moderno defronta-se, em sua experiência social cotidiana, com uma multiplicidade de influências, em geral, pouco evidentes, contudo capazes de afetar objetivamente sua existência. Compete ao próprio ator "afirmar-se como sujeito crítico, na distância ou no engajamento, na tensão 'entre cultura e relações sociais, entre comunidade e mercado'" (WAUTIER, 2003, p. 188).

A perspectiva da Sociologia da Socialização, ao contrário, reconhece as influências do sistema na ação dos sujeitos, haja vista “ser fundamentada na premissa de que os indivíduos agem segundo as normas que interiorizam e à medida que por elas têm modelada a sua subjetividade” (GAIGER,1999). Opondo-se a esse pensamento, a noção de experiência desenvolvida por Dubet expressa que as instituições e os atores não podem ser reduzidos a uma lógica única, à mera impregnação de papéis sociais ou culturais específicos. Permite o entendimento de que a experiência é uma produção do sujeito e encontra-se diretamente ligada à sua capacidade de elaborar e atribuir significados a suas vivências.

O fato de o conceito de experiência ser utilizado para designar as lógicas de ação torna-o ambíguo. Por uma perspectiva, identifica-se como “uma maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional, suficientemente forte para que o ator deixe de ser livre, descobrindo uma subjetividade pessoal” (DUBET, 1996, p.94). Esse sentido é também ambivalente, pois contribui para o entendimento da experiência como manifestação de um ser único e da sua história particular ou como a recobertura da consciência individual pela sociedade.

Por outra perspectiva, o conceito de experiência pode ser entendido como “uma atividade cognitiva, maneira de construir o real e, sobretudo, de o 'verificar', de o experimentar. A experiência constrói os fenômenos a partir das categorias do entendimento e da razão” (DUBET, 1996, p.95). O caráter social dessas categorias exclui a possibilidade de a experiência ser considerada uma forma passiva de incorporação do mundo. Ela não é uma esponja nem um fluxo de sensações e emoções (Id., p. 103). É uma maneira de construir o mundo de forma permanente e exige do ator capacidade criativa e de improviso. Dessa forma, a noção de Sociologia da Experiência estimula a visão de indivíduo “como um intelectual, como um ator capaz de dominar conscientemente, pelos menos em certa medida, a sua relação com o mundo” (DUBET, 1996, p.107).

De imediato, acreditou-se que os pressupostos de Dubet iam ao encontro das reflexões apresentadas por Gaiger (1999) a respeito de uma nova sociologia do sujeito: “Os indivíduos não são meros pontos de

confluência das circunstâncias, ainda que reativos, mas sujeitos de processos psico-sociológicos de auto-constituição e de estratégias relacionais”. Contudo, como bem lembra Charlot (2004), a propositura de Dubet (1996, p. 229) centra-se na subjetividade dos atores, do seu trabalho e da sua autonomia. Para aquele autor, Dubet desenvolveu uma sociologia da subjetivação, afastando-se das premissas de uma sociologia do sujeito ao afirmar que o sujeito é uma construção cultural, realizada no conflito e no sofrimento. “O que existe é o sentimento de ser sujeito, de construir sua vida em adequação com aquilo que tenciona ser” (WAUTIER, 2003, p. 204).

Tem-se que concordar com Wautier quando declara que o conceito de sujeito, prolongamento da reflexão feita por Touraine, não se encontra de forma clara na obra de Dubet. Reconhece-se, assim, a existência de uma lacuna conceitual que necessita de uma “explicação mais fina”, de um aprofundamento. A mesma autora esclarece que, ao buscar subsídios teóricos na obra de Dubet, o pesquisador deve considerar que seu campo empírico foi a França. Questiona-se, por isso, a respeito da validade de se utilizar o conceito de “experiência social” para a compreensão da atual conjuntura da sociedade brasileira.

Sua resposta é positiva e pautada no fato de que a realidade social no Brasil permanece permeada por contradições entre os interesses da comunidade, mercado e da autonomia; as relações ainda são determinadas pelos papéis, persistindo a política do clientelismo, do coronelismo e outras lógicas usadas por aqueles que desejam manter-se no poder; a desigualdade social é latente, impedindo o desenvolvimento da reflexividade, da capacidade de distanciamento crítico, ou seja, impede o surgimento de um sujeito social.

Para demonstrar a validade do quadro teórico formulado por Dubet, Wautier (2003, p. 205) apresenta três argumentos: i) lógicas de integração e lógicas estratégicas impregnam a sociedade brasileira tanto quanto a francesa; ii) problemas e práticas sociais se assemelham, apesar de vínculo histórico diferenciado; iii) lugar da subjetividade na ação social encontra-se presente nos debates promovidos pela sociologia brasileira.

Entende-se, pois, que Dubet inscreve-se entre os estudiosos que apresentam proposições teóricas e metodológicas para reconstrução do pensamento sociológico, podendo dialogar com outras abordagens na definição de novos quadros de referência para uma Sociologia dedicada à compreensão do mundo contemporâneo.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia da Experiência, conforme apresentada por François Dubet, ao mesmo tempo em que se afasta dos fundamentos da Sociologia Clássica, não renuncia aos conceitos essenciais desta, encontrando nas teorias da ação elementos que a auxiliam a explicar sua recusa pela equivalência entre sociedade e sujeito. Para esse autor, o ator é o próprio sistema, haja vista ser este construído a partir das experiências daquele (DUBET, 1996, p.21).

A Sociologia da Experiência é, conforme argumentação de Dubet, resultante da articulação entre três lógicas da ação: a integração, na qual se encontram as pertencas sociais do indivíduo; a estratégica, em que se identificam as tentativas de realização de seus interesses; e a subjetivação, lugar em que o indivíduo coloca-se como sujeito crítico (Id., p. 113). Essas lógicas se complementam e se opõem e, por isso, estabelecem entre si tensões que se manifestam na experiência social, sem, contudo, dilacerar a existência social, podendo muitas delas ser rotinizadas.

Como o próprio Dubet (1996, p. 229) reconhece, a Sociologia da Experiência estabelece um constante diálogo com a “família muito alargada das sociologias compreensivas”. Ler Dubet é enveredar por trilhas que são, ao mesmo tempo, pontos de confluência e de partida para novas vivências. Elas estabelecem uma interligação entre pensamentos sociológicos amparados em fundamentos diferenciados; confirmam que “a vida social desenrola-se sob codeterminações múltiplas e simultâneas” (GAIGER, 1999), indicando que o pensamento monológico deve ser superado. A obra desse autor é construída a partir de reflexões acerca de fundamentos teórico-metodológicos de Weber, Husserl, Schutz, Parsons, Simmel, Goffman, entre outros. Dubet reconhece a importância da ruptura já empreendida por

Bourdieu e Touraine cujos conceitos o auxiliaram na discussão a respeito da ação como prática e sua opção pela formulação de um novo conceito: a experiência social.

Ressalta-se que este estudo permitiu revisitar os textos de pesquisadores que se dedicam a refletir sobre as transformações por que passou o pensamento sociológico, destacando as diferenças entre vertentes clássicas e contemporâneas; além de compreender que as configurações de um mundo pós-moderno são delineadas por diferentes razões e, em decorrência disso, emergem rupturas em nome de uma Sociologia também pós-moderna.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.F. **Culturas Juvenis e Experiência Social**: modos de ser jovem na periferia. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2011.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. (Org.) **Teoria da Comunicação**: textos básicos. SP: Mosaico, 1980.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. O problema central da sociedade é a questão das injustiças sociais. **Revista IHU online**, São Leopoldo, Edição 257, Ano VIII, maio de 2008. Entrevista concedida a Graziela Wolfart. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=2354&secao=283> > Acesso em: 4 out 2013.

ELSTER, J. **Making Sense of Marx**. Studies in marxism and social theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumentos em favor do individualismo metodológico. **Lua Nova**, Jun 1989, n.º17, p.163-204.

GAIGER, L.I.G. Por uma Sociologia Dialógica. **Estudos Leopoldenses. Série Ciências Humanas**, v. 35, n. 155, p. 21-37, 1999.

LEVINE, A.; SOBER, E.; WRIGHT, E. O. Marxismo e Individualismo Metodológico. **RBCS**, v. 4, n. 11, p. 57-70, 1989.

SILVA, D.V. Escola e lógicas de acção organizacional: contributos teóricos para uma análise sociológica da organização educativa. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 15, n. 54, p. 103-126, 2007.

SILVA, R.M.D. **Experiências sociais e lógicas de ação política: etnografia da participação estudantil na escola pública**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

_____. O conceito de experiência social em François Dubet: Possibilidades analíticas. **Mediações**. v. 14, n.1, p. 275-290, Jan/Jun. 2009.

SIMMEL, G. **Sociología** – Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza, 1986.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973. p. 96-116.

TOURRAINE, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAJANO FILHO, W. Goffman em África e entre os músicos: reflexões sobre a influência de sua obra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 167-176, 2008.

WAUTIER, A.M. Para uma Sociologia da Experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, ano 5, n. 9, p. 174-214, 2003.